



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Partido Ecologista Os Verdes tem, desde a sua génese, como uma das suas principais preocupações e linhas de ação a preservação da biodiversidade e a necessidade de compatibilização da atividade humana, nomeadamente das atividades económicas, com a salvaguarda dos ecossistemas e a proteção das espécies.

Esta preocupação tem crescido também no seio da nossa sociedade e tem se traduzido até em produção legislativa, em criação de áreas protegidas e numa maior consciencialização coletiva incluindo ao nível da União Europeia, da Europa ou a nível Global.

Mas apesar dessa crescente preocupação, do crescente número de áreas protegidas e da existência de programas específicos o certo é que o declínio da biodiversidade planetária é uma realidade preocupante e o nosso país não está excluído, antes pelo contrário, como atesta a título de exemplo, o último relatório da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) sobre “O estado das aves em Portugal” – de dezembro de 2019, que aponta para um declínio preocupante da generalidade das populações de aves no nosso país, nomeadamente nas zonas agrícolas, nas montanhas e nos mares.

É enquadrada nesta preocupante realidade que chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar Os Verdes, por diversas formas, a informação de que diversas pisciculturas instaladas no estuário do rio Mondego, na Figueira da Foz, distrito de Coimbra, utilizam redes de proteção que estão a causar a morte a diversas espécies de aves. Falamos mais especificamente nas explorações situadas entre o Ecomuseu do Sal e o Pescódromo de Lavos, e na Ilha da Morraceira.

As redes de nylon, colocadas a cerca de 1,5 m de altura acima do nível da água dos tanques, tornam-se muitas vezes imperceptíveis para as aves e funcionam como autênticas armadilhas causando ferimentos e mesmo até a morte a uma grande quantidade de aves, várias delas com estatuto de “Em Perigo” ou “ criticamente em Perigo”, como é o caso da Águia Pescadeira.

Infelizmente, enquanto ainda recolhíamos informação para elaborar esta pergunta, surgiu uma notícia no Jornal Público, de 17 de fevereiro de 2020 que relatou o seguinte “Já a segunda ave (Águia de Bonelli) foi encontrada no passado dia 10 de fevereiro, presa numa rede aérea de nylon de uma piscicultura no concelho da Figueira da Foz”. Uma ave protegida classificada como “em perigo” EN no nosso país, pelo Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal de 2005.

Muitas outras espécies têm tido um dramático destino nas redes invisíveis das pisciculturas do Mondego. Gaivotas, guinchos, patos, corvos marinhos, garças e ainda o Bufo Real e a Coruja do Nabal aves com estatuto de quase ameaçado e em perigo, respetivamente.

Estas ocorrências são praticamente diárias, segundo as informações veiculadas, tendo já sido feita denúncia/queixa ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), em maio do ano passado. No entanto, e apesar disso, a situação mantém-se.

Para além das redes foi ainda testemunhado, segundo os relatos, o abate de aves que simplesmente sobrevoavam as aquaculturas junto ao Pescódromo de Lavos, nomeadamente de corvos marinhos.

É também uma incógnita o destino das aves capturadas com vida nas redes já que não haverá informação complementar sobre a chegada de aves com esta proveniência a centros de recuperação.

A instalação de pisciculturas em zonas estuarinas, ou de sapal, por natureza com grande abundância de aves, deve ter em conta essa realidade e compatibilizar-se com a salvaguarda da vida selvagem.

Mesmo não sendo uma área classificada (à Exceção do Monumento Natural do Cabo Mondego classificado pelo Decreto Regulamentar n.º 82/2007, de 3 de outubro) o estuário do Mondego tem naturalmente uma grande diversidade de aves protegidas pelo que importa não aumentar a pressão sobre as suas populações.

Num momento em que os alertas sobre a perda de biodiversidade se acentuam e quando é divulgado um estudo da SPEA que atesta para a grande perda de aves no nosso país, torna-se urgente encontrar medidas e formas de preservar a avifauna existente e contribuir para o crescimento das suas populações e reduzir ao máximo as ameaças.

Dada esta preocupante realidade venho, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicitar a S. Ex^a O Presidente da Assembleia da República que remeta ao Governo a seguinte pergunta, para que o Ministério do Ambiente e da Ação Climática possa prestar os seguintes esclarecimentos:

1 – Tem o Ministério do Ambiente e da Ação Climática conhecimento desta situação?

2 – Já foi tomada alguma medida, ou está a ser tomada, no sentido de travar esta mortandade de aves?

3 – Pondera o Ministério proibir este tipo de práticas, nomeadamente proibindo a utilização de redes de nylon nas coberturas das pisciculturas?

4 - Quantos Vigilantes da Natureza estão afetos à zona em questão e que área total são responsáveis pela vigilância?

5 – Tem o Ministério informação sobre a chegada / entrega em centros de recuperação de aves feridas ou capturadas em pisciculturas? Quantas são e qual é a sua proveniência em concreto?

Palácio de São Bento, 19 de fevereiro de 2020

Deputado(a)s

MARIANA SILVA(PEV)

JOSÉ LUÍS FERREIRA(PEV)